

(Direitos Humanos e Educação)

Políticas de subjetivação sustentáveis: aproximações entre juventude, educação e território rural ¹

Júlia da Silva Gonçalves ²

Isabel Junko Narimatsu ³

Guilherme Afonso Del Pintor Pereira ⁴

Sonia Regina Vargas Mansano ⁵

Resumo: O objetivo deste estudo consiste em analisar as políticas de subjetivação sustentáveis que aproximam juventude, educação e ruralidade. Adotando a perspectiva teórica da Psicologia Social, o estudo qualitativo foi delineado em dois momentos: primeiro, apresentamos uma análise das políticas de subjetivação circulantes no âmbito rural que facilitam ou dificultam a permanência de jovens nesse território. Na sequência, valendo-nos da apresentação e análise de três casos, são apreciadas iniciativas que cooperam para fortalecer a relação de jovens com o campo. Concluímos que há um longo trajeto a ser percorrido para criar sentidos que vincule jovens à produção desejante da vida rural.

Palavras-chave: juventude; ruralidade; vinculação; subjetividade; política

Abstract: The objective of this study is to analyze sustainable subjectivation policies that bring education, youth, and rural life closer together. Adopting the theoretical perspective of Social Psychology, the qualitative study was designed in two phases: first, we analyze the subjectivation policies circulating in rural areas that facilitate or hinder the permanence of young people in this territory. Subsequently, using the presentation and analysis of two case studies, we assess initiatives that contribute to strengthening the relationship between young people and the countryside. We conclude that there is a long way to go to create meanings that link young people to the desired production of rural life.

Keywords: youth; rurality; connection; subjectivity; politics

¹ Pesquisa realizada com apoio do Edital FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, na Universidade Estadual de Londrina.

² Discente do curso de Psicologia, bolsista pelo edital FINEP associado ao projeto TRANSFORMAT da Universidade Estadual de Londrina, julia.silva.goncalves@uel.br

³ Discente do curso de Psicologia, bolsista pelo edital FINEP associado ao projeto TRANSFORMAT da Universidade Estadual de Londrina, isabel.junko.narimatsu@uel.br

⁴ Psicólogo, Pesquisador pelo edital FINEP associado ao projeto TRANSFORMAT da Universidade Estadual de Londrina, guilherme.afonso@uel.br

⁵ Psicóloga, Docente da Universidade Estadual de Londrina, Orientadora do projeto TRANSFORMAT, Doutora em Psicologia Clínica, mansano@uel.br

1. INTRODUÇÃO

Tomar em análise o cenário sociopolítico global marcado pela intensificação de processos de urbanização e pela expansão de um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização técnico-científica dos meios de produção, coloca em pauta uma série de problematizações sobre os modos de vida urbanos e rurais. Isso porque, tal modelo, orientado predominantemente pelo crescimento econômico acelerado e pela centralidade do mercado, tem provocado profundas transformações nos territórios e nas formas de vida. Ao mesmo tempo que promove avanços tecnológicos e produtivos, ele também contribui para a ampliação das desigualdades sociais, para o esvaziamento populacional de áreas rurais e para a intensificação da exploração dos recursos naturais. Nesse contexto, observa-se o avanço de processos de degradação ambiental que se manifestam em catástrofes cada vez mais frequentes e intensas, evidenciando os limites desse modelo de desenvolvimento e suas consequências para a sustentabilidade da vida no planeta (Stengers, 2015).

A crescente crise ambiental e climática contribui para o surgimento de fenômenos como a denominada ansiedade climática, marcada pelo medo das consequências das catástrofes ambientais e pela percepção de um futuro ameaçado. Como exemplo, parte significativa dos jovens demonstra receio em relação à constituição de família e à decisão de ter filhos diante das incertezas sobre o futuro do planeta, bem como se sentem desamparados ante a falta de atitudes governamentais para lidar com as catástrofes climáticas (Valporto, 2021).

Neste cenário, a juventude torna-se um grupo particularmente afetado pelas transformações ambientais, econômicas e sociais do mundo contemporâneo, uma vez que seu futuro, assim como o do próprio planeta, encontra-se ameaçado. Atento a isso, o presente estudo tem por objetivo analisar as políticas de subjetivação sustentáveis que aproximam educação, juventude e ruralidade. Adotando a perspectiva teórica da Psicologia Social, o estudo de cunho qualitativo foi delineado em dois momentos: primeiro, apresentamos uma análise das políticas de subjetivação circulantes no âmbito rural que facilitam ou dificultam a permanência de jovens nesse território, bem como os desafios por eles enfrentados. Na sequência, valendo-nos da apresentação e análise de três casos, são apreciadas iniciativas sociais que cooperam para fortalecer a relação de jovens com o campo.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Ao final desta trajetória, acumulamos condições para identificar e dar visibilidade aos desafios enfrentados pela juventude no processo de construir uma vida desejante no âmbito rural. Concluímos, então, que há um longo trajeto a ser percorrido para criar sentidos que vinculem os jovens às particularidades atualizadas no campo.

2. COMPREENDENDO OS VÍNCULOS DA JUVENTUDE COM O CAMPO

O estudo da juventude implica um campo amplo e multifacetado, que a vislumbra como um ponto estratégico para pensar e implementar quaisquer instrumentos de política pública a longo prazo (Soares; Basso, 2025), considerando-a como ator político e social de grande relevância para a transformação do atual cenário sociopolítico. Entretanto, invertendo tal ponto de vista, há também uma tendência comum que associa a juventude como rebelde e desinteressada da política. Resguardadas as diferenças entre essas duas perspectivas disseminadas no social, é notável que a juventude envolve um período de intensas mudanças que são avaliadas a partir de quem as vê e as caracteriza. Tal situação abre espaço para exclusão, ou mesmo deturpação da imagem do jovem, especialmente nas decisões políticas, socioeconômicas e culturais, por vezes desconsiderando as questões de classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade e seu território (Castro, 2009).

Interessa-nos reiterar, neste estudo, que a população jovem é dotada de heterogeneidades, especialmente quando se trata da análise do território que habita. Nesse sentido, os jovens que vivem em contextos urbanos tendem a dispor de maior acesso a políticas públicas, equipamentos culturais, instituições de ensino e espaços de participação social, fatores que ampliam suas possibilidades de inserção no debate público e em organizações políticas. A proximidade com centros educacionais, culturais e informacionais também contribui para que esses jovens tenham maior chance de contato e engajamento com redes de mobilização social, favorecendo a articulação em torno de pautas relacionadas a direitos sociais, transformações políticas e questões ambientais concernentes a suas existências, bem como ao do meio ambiente.

Em contrapartida, a que habita a zona rural frequentemente enfrenta condições mais restritas de acesso à educação, cultura, lazer e interação política

com os fluxos sociais e informacionais associados ao mundo globalizado, o que limita suas oportunidades de participação e visibilidade social (Soares; Basso, 2025). Em meio as cenas de instabilidades socioambientais, as novas gerações que nasceram no campo vivenciam, de modo intenso, a insegurança e a incerteza em relação ao futuro. Além disso, muitos desses jovens estão inseridos em contextos familiares marcados por valores tradicionais, nos quais persistem relações patriarcais que podem se expressar, por exemplo, no menor reconhecimento do trabalho feminino e na centralidade da autoridade paterna nas decisões familiares (Bastiani, 2012).

Consideradas essas diferenças, nota-se que a juventude habitante do espaço urbano conta com um maior acesso a participação em espaços educacionais e políticos, enquanto os jovens habitantes das zonas rurais estão mais expostos a busca de novas perspectivas de vida, o que, em parte, desemboca na migração para os centros urbanos, motivada pela busca por melhores condições de educação, trabalho e mobilidade social (Soares; Basso, 2025). Essa perspectiva vai ao encontro dos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os quais indicam que, em 1991, aproximadamente 7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos viviam em áreas rurais no Brasil, número que foi reduzido para cerca de 5 milhões em 2010, representando uma diminuição de aproximadamente 27% desse contingente populacional (Soares; Basso, 2025).

Singer (1973) esclarece que os processos migratórios do meio rural atendem a dois principais grupos de causas: os fatores de atração das áreas urbanas, os quais já foram citados, e os fatores de expulsão das áreas rurais. Estes últimos são de duas ordens: fatores de mudança e os fatores de estagnação (Brumer, 2007 *apud* Singer, 1973). Os fatores de mudança de território são relacionados às transformações econômicas associadas à modernização da agricultura e à expansão das relações capitalistas no meio rural. Essas mudanças tendem a provocar a concentração de terras nas mãos de investidores e a substituição de formas tradicionais de trabalho por modelos produtivos mecanizados e voltados ao aumento da produtividade, o que acaba reduzindo as oportunidades de trabalho e contribuindo para a saída de trabalhadores rurais que não possuem acesso à terra. Já os fatores de estagnação correspondem à difícil manutenção econômica e social no meio rural.

Nota-se, assim, que as “tensões geradas pelas terras nas zonas rurais e o modelo do agronegócio, contribuem significativamente para o estado permanente de

êxodo rural e expulsão de jovens da produção rural” (Frizzo; Mota; Silveira, 2026, p. 5). Nesses casos, o crescimento populacional em áreas onde a disponibilidade de terras cultiváveis é limitada, somado à concentração fundiária, gera dificuldades para que as famílias rurais mantenham segurança nos meios de subsistência e garantam a conexão dos jovens em suas terras. A situação é intensificada quando famílias e jovens, na maior parte ligados à agricultura familiar, não compactuam em reproduzir em seu território o modo de funcionamento extrativista do agronegócio. Neste panorama, a juventude rural encontra perspectivas escassas de participação econômica, educacional e política capazes de promoverem, em seu cotidiano, cenários alternativos de qualidade de vida e de atividade produtiva que sejam condizentes com sua permanência no campo.

Cabe considerar, especialmente com o estudo de Brumer (2007) que os jovens que decidem permanecer no campo, apesar de seus desafios, têm uma visão positiva de seus modos de vida constituídos historicamente em meio a dinâmicas sociais internas e externas. As internas podem ser encontradas nas formas e intensidade da vida social local, centrada em relações familiares e de amizade onde a solidariedade, o desprendimento do tempo convencional e a proximidade com a natureza são centrais. Já as externas são expressas pela integração aos espaços sociais mais amplos, principalmente através de complexas relações associadas ao mercado e a vida urbana que, apesar de serem avaliadas por esses jovens de forma negativa devido a violência, miséria e a dificuldade de estabelecer relações de confiança, é valorizada por dar acesso a uma diversidade de serviços e comércio complementares a subsistência da vida no campo (Brumer, 2007).

O estudo de Kusniewski, Segnanfredo e Borba (2019) associa a juventude rural no Brasil à problemática da migração do campo para a cidade, evidenciando disputas frequentes entre o agronegócio e a agroecologia no modo de atrair o interesse dos jovens pelo êxodo ou a possibilidade de permanência no meio rural. Essa disputa de interesses se dá pelo modo como a população jovem do campo acessa os dispositivos formais ou informais de educação disponíveis em territórios rurais. Assim, as escolas situadas no meio rural são importantes instituições, quando não as únicas, de apresentação e aproximação da juventude às possibilidades presentes e futura de atuação sociopolítica e econômica disponíveis. É precisamente essa tendência educativa que apresentaremos na sequência.

3. ALGUMAS INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

Tomando em consideração este cenário, demos prioridade neste estudo qualitativo à seleção, apresentação e análise de três iniciativas sociais orientadas por uma educação do campo implicada com a produção desejante de sentidos que vinculem os jovens à vida rural. Tal produção ocorre em consonância com as lutas e movimentos sociais rurais, como um modo de operar políticas públicas de educação que reconheçam a legitimidade do conhecimento camponês e a importância política de enxergar, a partir da realidade rural, novas formas de pensar um desenvolvimento produtivo sustentável capaz de gerar condições de permanência, sentido e subsistência (Caldart, 2009).

As iniciativas foram retiradas de documentos de domínio público gratuitos que podiam ser amplamente acessados. As experiências da educação junto a contextos rurais que serão apresentadas possibilitam analisar as especificidades da juventude rural e as contribuições para promover sua permanência no campo ao fortalecer o reconhecimento destes jovens enquanto agricultores e atores políticos com direitos à terra.

Analisando as práticas educacionais desenvolvidas no campo atualmente, torna-se possível identificar como determinadas experiências vêm materializando, ainda que em meio a contradições, ações de resistência ao modelo promovido pelo agronegócio. Essas práticas demonstram como a construção de processos formativos enraizados na realidade do campo não apenas contribui para a valorização dos modos de vida engendrados nesse território, como também amplia as possibilidades de permanência da juventude (Sapelli, 2015).

4. EDUCAÇÃO NO CAMPO: VISITANDO ALGUMAS INICIATIVAS

Apresentamos e analisamos nesta parte do estudo as denominadas Escolas Itinerantes pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja organização evidencia como a educação no campo se materializa enquanto prática social e política. O MST é um movimento social, criado em 1984, que tem por objetivo resistir às desigualdades socioeconômicas decorrentes da concentração fundiária no contexto rural. Assim, o Movimento luta em defesa de uma Reforma

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Agrária que não só reestruture o acesso à terra pela população rural, mas, também, que transforme o modelo produtivo desenvolvido pelo agronegócio, possibilitando a construção de um espaço que assegure uma vida digna, com acesso à educação de qualidade, e de uma produção agrícola voltada para uma matriz agroecológica (MST, 2026). As práticas construídas pelo MST partem da concretude vivida nos acampamentos e assentamentos, estando intrinsecamente relacionada às lutas cotidianas que tecem o movimento, visto que, como aponta Souza, participante do Setor de Educação do MST:

A base do MST passa a dizer que quer escola, mas não qualquer escola. Se não é essa escola, como faremos a escola que queremos? E nisso, o Movimento vem perseguindo esse projeto educativo, de que não basta ter escola; é necessário construir a escola da luta (Souza, 2024).

Criadas em um contexto de marginalização estatal frente às comunidades sem-terra, essas escolas atendem a necessidade de ofertar uma educação básica e de qualidade aos acampados, bem como a importância de construir um espaço que possibilite a conscientização política das populações rurais (Alcântara, 2024) desde a infância. Antes de aplicar um modelo pedagógico pronto, essa prática se organiza como pedagogias em movimento (Caldart, 2000), compreendendo que a educação se faz, assim como seus agentes, entrelaçada ao contexto social e histórico. Isso implica reconhecer que não há uma aplicação homogênea da proposta, mas sim múltiplas estratégias de vinculação que variam de acordo com as condições locais, as correlações de força e as especificidades de cada comunidade. Souza identifica os cursos de pedagogia do MST como encontros importantes para que os educadores entrem em contato com essa estratégia:

Este espaço [curso de pedagogia] é também de agitação e propaganda, e possibilita a socialização de experiências e debates dos níveis, sobre as atividades que o Movimento realiza, como a educação infantil, o ensino fundamental e a organização do trabalho pedagógico nas escolas. Esses momentos criam motivação e um desvelamento da realidade, onde os professores se dão conta do que é a pedagogia do Movimento (Souza, 2024).

Cabe sublinhar ainda que as práticas educacionais do MST não se restringem a um espaço formal. Elas se expandem para o conjunto das relações sociais que percorrem a vida nos acampamentos e assentamentos. As atividades frequentemente ocorrem em espaços coletivos, articulando o ensino de conteúdos formais com a vivência concreta do trabalho, da organização comunitária e da luta política (Caldart, 2000). Tal configuração, tensiona a instituição educacional hegemônica ao apresentar

conhecimento e realidade como elementos indissociáveis, fazendo com que a escola deixe de ser compreendida como um espaço neutro, passando a assumir um papel ativo na formação de sujeitos capazes de analisar criticamente sua realidade e de se reconhecer como parte de um processo coletivo de transformação social

No âmbito das práticas pedagógicas, essa concepção educativa se materializa na constante articulação entre teoria e prática, na valorização dos saberes produzidos no cotidiano camponês e na incorporação de dimensões culturais, artísticas e históricas no processo formativo (Caldart, 2000). Souza (2024) afirma que, atualmente, essa materialização está inserida “no projeto da agroecologia, que para nós é mais do que uma técnica; é uma forma de viver e estar no campo, compondo o desenvolvimento humano em sua amplitude”. A educação passa, assim, a ser compreendida como formação humana em sua multiplicidade, integrando o desenvolvimento cognitivo às experiências vividas. Nesse processo, o trabalho no campo, longe de ser reduzido a uma atividade meramente reprodutiva, assume um papel educativo, sendo incorporado como dimensão fundamental na construção do conhecimento e na compreensão crítica da realidade. Contudo, ainda que as Escolas Itinerantes estejam possibilitando cenários alternativos ao êxodo rural e às atividades predatórias do agronegócio, Souza (2024) aponta que em “um estado burguês e capitalista, especialmente em um momento de retrocesso dos direitos sociais” a luta pela educação no campo precisa ser preservada. Em suas palavras:

Tivemos exemplos de oferecerem para nós carteiras quebradas, esperando que alguém na área pudesse consertar, enquanto o material novo era conquistado para a escola certificadora e perguntavam se não preferíamos levar os usados e deixar os novos. Não! O nosso camponês tem direito de sentar numa cadeira nova, conquistada debaixo do sol, ocupando a Secretaria de Educação. Isso ressignifica a pessoa; o camponês assentado ou acampado sentar naquela cadeira nova e saber que está sendo tratado com dignidade dá uma outra dimensão à sua experiência (Souza, 2024).

A primeira iniciativa educacional aqui analisada é a denominada Escola Itinerante Caminhos do Saber, do MST, situada no acampamento Maila Sabina em Ortigueira, município paranaense. Ao descrever essa iniciativa, Hammel e Silva (2022) apresentam uma educação do campo alinhado a práticas pedagógicas aliadas à transformação. Entre suas ferramentas, destaca-se a prática do Conselho de Classe participativo, espaço pedagógico no qual estudantes, responsáveis, representantes da comunidade e equipe técnica da escola participam conjuntamente na avaliação do processo educativo. Busca-se descentralizar a experiência educativa do desempenho

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

escolar individual, considerando as percepções dos próprios educandos e da comunidade em relação a realidade escolar e as relações pessoais e políticas nela vividas.

Nesse projeto, nota-se uma participação engajada dos estudantes e do coletivo nos processos formativos e no fortalecimento de vínculos entre escola e comunidade. Os educandos apropriam-se da participação em práticas avaliativas, compreendendo de modo crítico a realidade coletiva e seus desafios. Nesse caminho destaca-se a organização compartilhada de estudantes acerca das decisões e procedimentos, o que interfere diretamente na gestão e participação política escolar. As intervenções educativas são realizadas por meio de cartilhas, brincadeiras, cadernos de educação e materiais didáticos que articulam criticamente temáticas como a luta pela terra, o modo de produção agroecológico e organização social. Fomentam-se, ainda, mobilizações políticas das famílias acampadas dentro e fora da comunidade. Entendemos, com Hammel e Silva (2022), que a itinerância é parte da estratégia pedagógica dessa escola, ampliando o desenvolvimento de dimensões humanas ligadas a realidade social e a política que a compõe. A escola acompanha, deste modo, seus estudantes e suas famílias, fortalecendo a participação e o engajamento na construção de práticas críticas, educacionais e formativas, aliadas a experiências coletivas de mobilização sociopolítica

A segunda iniciativa que apresentaremos é a Escola Rural Cândida Oliveira, localizada em Porto Barreiro, no estado do Paraná, no assentamento da reforma agrária Porto Pinheiro, onde é realizado o projeto denominado “A fauna e a flora da minha comunidade”. Tal projeto foi desenvolvido com vistas a ampliação do conhecimento dos estudantes sobre a fauna e a flora de onde habitam, alinhado ao resgate de histórias das famílias camponesas locais enquanto agentes significativos na construção de vida da comunidade (MST, 2022). A prática do projeto pelos estudantes se estendeu, para além da equipe pedagógica, às famílias assentadas e ao território rural fora da escola que compõe seus espaços de vida pessoal, econômica e política. O projeto efetivou os princípios da educação do campo ao contextualizar processos de ensino e aprendizagem no próprio território vivido, considerando o saber comunitário como elemento essencial para fortalecer o acesso ao conhecimento.

O efeito que esta iniciativa teve na comunidade consistiu em abrir espaços para

avaliar favoravelmente a vida no campo e suas qualidades, muitas vezes esquecidas e suplantadas pelos processos extrativistas de produção que descredibilizam e descartam a importância da fauna e flora, bem como os conhecimentos tradicionais. A valorização do território ligada ao desenvolvimento desse projeto pedagógico também teve como efeito a afirmação da subjetividade camponesa e do desejo de permanecer no campo nos jovens estudantes, como se pode notar no depoimento de um dos educandos que relata o que espera ser no futuro: “Eu quero ser agricultor” (Rigon, 2023).

Além destes resultados, a Escola do Campo Cândida Oliveira Luz foi finalista no 6º Prêmio Territórios Tomie Ohtake, sendo o projeto premiado como um dos dez melhores em sua categoria no ramo de inovações pedagógicas em nível nacional (MST, 2022). Consideramos que este projeto mantém ressonâncias com os valores da educação do campo e a demanda por ampliar a “participação da comunidade, mais ainda quando se vislumbra uma proposta inédita, ousada, que busca romper paradigmas ao tomar e assumir para si os princípios da EdoC” (Paula & Brufrem, 2025, p.18).

A terceira iniciativa de vinculação entre juventude, educação e território rural que apresentamos é chamada Escola Rural São Judas, localizada em um assentamento do MST de mesmo nome, localizada no município de Rio Brilhante, estado do Mato Grosso do Sul. Desde sua fundação esta escola priorizou uma aliança comunitária local com a participação das famílias assentadas (Schmitz, Camacho & Zenatti, 2022). Dentre as propostas desenvolvidas, chama atenção a implementação de um eixo temático chamado “terra, vida e trabalho” como componente curricular desenvolvido nas disciplinas ministradas pela instituição. As propostas pedagógicas desenvolvidas a partir deste eixo consideram as especificidades das vidas camponesas, a possibilidade da permeância do jovem no campo e o desenvolvimento de diferentes possibilidades de transformação social e política por meio da educação articulada com a vida e a terra.

Como apontam Schmitz, Camacho e Zenatti (2022), a partir desta proposta experiências como jardinagem, horta, compostagem, trabalho com materiais recicláveis e com mudas nativas foram incorporadas nas disciplinas que, em seu preparo, tomavam em consideração pesquisas e conversas realizadas pelos professores com os moradores locais para entender suas dificuldades e

necessidades de melhorias. Os efeitos destas práticas consultivas foram evidenciados no engajamento e na participação dos educandos no cuidado com o espaço escolar e na afetiva com o território rural, conectando seus aprendizados escolares, preservação da terra e relações com a comunidade.

As iniciativas aqui apresentadas priorizam processos educativos que resgatem a realidade dos jovens camponeses e suas questões reais de vínculo com a terra e a vida comunitária, valendo-se de metodologias aliadas à educação do campo. Tais práticas foram apresentadas por atuarem em prol de uma educação contextualizada a questões sociais, políticas e econômicas da realidade camponesa e comunitária. Ao mesmo tempo em que se orienta por uma itinerância de questões políticas, este aprendizado valoriza a construção de vínculos com a comunidade e organizações coletivas de luta social. Ele ainda prioriza a continuidade e consolidação de políticas públicas de educação do campo, a preservação e cuidado da terra, a construção coletiva dos modos de vida camponeses e a luta pelo direito à terra, os quais, de modos distintos, cooperam para tecer laços de permanência destes jovens educandos com o campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo foi possível conhecer algumas iniciativas de educação sustentáveis adotadas por escolas situadas em território rural que têm contribuído para fomentar diálogos com a realidade social e as questões próprias de quem vive no campo. Elencamos, assim, algumas considerações nas quais este estudo chegou: Primeiro, foi possível constatar que as práticas pedagógicas desenvolvidas a partir dos princípios da educação do campo produzem efeitos na vida dos jovens, legitimando-os como agentes sociais e políticos vinculados à vida rural. Isso ocorre pela aproximação de uma estratégia pedagógica que convida à decisão coletiva sobre o cotidiano e à elaboração de análise crítica das situações vividas nesse território.

Constatamos, em segundo lugar, que tais iniciativas educacionais abrem possibilidades interessantes para a permanência da juventude no campo e a produção sentidos que sustentem esse modo de vida. Assim, as práticas pedagógicas colocadas em curso pelas escolas valorizam as transformações políticas voltadas ao desenvolvimento produtivo sustentável no campo, as quais atingem de modo direto

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

os jovens e suas famílias agricultoras.

Um terceiro ponto a ser ressaltado destaca que as experiências educacionais orientadas para o campo podem em práticas promotoras de preservação e cuidado do meio ambiente local. Isso ocorre pelo engajamento dos jovens com pautas e mobilizações sociais relativas ao interesse coletivo em defesa de seus direitos à terra e a permanência nesse território.

Por fim, consideramos que colocar em curso políticas de subjetivação sustentáveis tem na educação uma esfera fundamental que abre caminhos para a construção de novas experiências e vinculações da juventude com o território rural. As dificuldades dessa vinculação são notáveis, especialmente pelas disputas de interesse que são colocados em evidência para atrair a atenção dos jovens. Construir sentidos desejantes com o território rural implica articulações de múltiplas esferas da vida que passam pelas condições sociais, políticas, culturais, desejante e econômicas, evidenciando o desafio de tecer caminhos nessa direção.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. Educação do campo: popular, libertadora e emancipadora. In: **MST**. 4 jul. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/04/educacao-do-campo-popular-libertadora-e-emancipadora/>. Acesso em: 27 março 2026.

BASTIANI, Tânia Mara de; STRASSER, Renata Blini. Permanência dos jovens no campo: para que?. In: Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo da região sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 1., 2012, Pelotas. **Anais** [...]. Tema: Contribuições dos movimentos sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens adultos e idosos. Disponível em: https://eventosunioeste.unioeste.br/images/Default/anais/sifedoc/anais_sifedoc.htm. Acesso em: 23 março 2026.

BRUMER, Anita. A Problemática do Jovens Rurais na Pós-Modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em: 14 março 2026.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n.1, p. 179-208, 2011. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/223>. Acesso em: 15 março 2026.

COMUNICAÇÃO E CULTURA MST PR. Escola do MST no Paraná é selecionada em premiação nacional. *In*: **MST**. 22 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/22/escola-do-mst-no-parana-e-selecionada-em-premiacao-nacional/>. Acesso em: 15 março 2026.

FRIZZO, Giovanni; MOTA, Carla Rosane; SILVEIRA, Leonardo. Educação do Campo e Agroecologia como perspectiva contra-hegemônica na formação da juventude que vive no campo: uma experiência pedagógica no sul do sul do Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 25, 2026. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8681188>. Acesso em: 16 março 2026.

HAMMEL, Ana Cristina; SILVA, Roberto Soares de Melo. Ensaios de uma nova forma escolar na educação do campo: experiência da Escola Itinerante Caminhos do Saber no Paraná. **Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)**, v. 2, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/revnupe/article/view/13968>. Acesso em: 16 maio 2026.

KUSNIEWSKI, Fernanda Paula Piran; SEGANFREDO, Kátia Aparecida; BORBA, Maude Regina de. Agroecologia e educação do campo: meios de promover a permanência do jovem no campo?. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/31991>. Acesso em: 16 março 2026.

O MST: nossa história. MST, 2026. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 17 março 2026.

PAULA, Adalberto Penha de; BUFREM, Leilah Santiago. Educação do campo no estado do Paraná: conquistas e desafios da escola do campo das/nas ilhas do litoral. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 28, n. 00, 2026. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8677424>. Acesso em: 16 março 2026.

RIGON, Luciana dos Santos. Escola rural no Paraná busca valorização da vida no campo. *In*: **Diversa**, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/escola-rural-no-parana-busca-valorizacao-da-vida-no-campo/>. Acesso em: 29 março 2026.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Escola Itinerante: espaço de disputa e contradição. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 129-143, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39834>. Acesso em: 17 março 2026.

SOARES, Simone Cesario. BASSO, Dirceu. Juventude rural brasileira: questões

contemporâneas. **Revista Delos**, Curitiba, v. 18, n. 65, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4466>. Acesso em: 15 março 2026.

SOUZA, Rubneuz Leandro de. [Entrevista concedida a] Fernanda Alcântara. Educação do campo: popular, libertadora e emancipadora. *In*: **MST**. 4 jul. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/04/educacao-do-campo-popular-libertadora-e-emancipadora/>. Acesso em: 27 março 2026.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosacnaify, 2015.

VALPORTO, Oscar. Maioria dos jovens sofre com ansiedade climática e vê 'futuro assustador'. **Colabora**, 14 set. 2021. Disponível em: <https://projeto colabora.com.br/ods13/maioria-dos-jovens-sofre-com-ansiedade-climatica-e-veem-futuro-assustador/>. Acesso em: 15 março 2026.

ZENATTI, Francieli Aparecida; SCHMITZ, Adrielle Souza; CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação socioterritorial da Escola Municipal São Judas com a comunidade do assentamento São Judas – grupo MST e o trabalho pedagógico com o eixo temático terra-vida-trabalho. *In*: Seminário Formação Docente: Intersecção entre Universidade e Escola, 5., 2023, Dourados. **Anais [...]**. Dourados: UEMS, 2023. Tema: Educação Popular. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/8955>. Acesso em: 27 março 2026.